

Os líderes querem ritmo normal só a partir de março de 89

14 SET 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

Congresso reduz atividade

Até março do próximo ano a Câmara e o Senado, apesar do término da Constituinte, deverão funcionar a meia carga, sem o respaldo técnico das comissões permanentes. A proposta dos líderes partidários a Ulysses Guimarães foi no sentido de não constituir, neste final de 88, as comissões técnicas permanentes. O Senado deferirá adotar a mesma providência.

Reunidos na manhã de ontem, para preparar a pauta de votações em plenário, os líderes das bancadas na Câmara decidiram, também, não organizar as comissões técnicas permanentes — Justiça, Educação, Relações Exteriores, Agricultura, Saúde, Trabalho, Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, Finanças, Segurança Nacional e outras.

Pelo processo legislativo, os projetos apresentados são examinados por duas comissões, pelo menos — a de Constituição e Justiça e outras específicas da matéria objeto da proposta. Devido aos trabalhos da Assembléia Constituinte, Câmara e Senado não formaram as

comissões técnicas em 87 e em 88. Pela proposta das lideranças, neste final de sessão legislativa o quadro não se modificaria.

Eleições

Os líderes deram duas razões: neste final de ano os parlamentares estarão mais preocupados com as eleições municipais, e, além disso, o mandato do presidente da comissão técnica permanente é de um ano. O eleito nestes últimos meses de 88 ficaria inelegível para presidir a comissão durante todo o ano de 89.

Segundo os líderes, a nova Constituição, com sua promulgação marcada para o dia 5 de outubro, dará mais autonomia ao poder Legislativo. O atual regimento interno da Câmara reflete a soberania do Executivo e será necessário modificá-lo.

Os líderes partidários pediram também ao presidente da Câmara a formação de comissão especial interpartidária, obedecido o critério da proporcionalidade, para preparar a reforma do regimento interno.